

FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DA MATURIDADE REGULATÓRIA

BRASÍLIA, 2018

COLABORADORES:

EDUARDO VITOR DE SOUZA LEÃO (CGU)

- Engenheiro Civil/UFPE
- Especialista em Governança e Controle da Regulação/ISC
- Auditor Federal de Finanças e Controle
- Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Transportes, Portos e Aviação Civil
- Coordenador do GT de Regulação da SFC/CGU

FRANCIELE CRISTINA MEDRADO DEMATTÉ (CGU)

- Administradora/UFU
- MBA em Planejamento, Orçamento e Gestão Pública/FGV
- Mestre em Ciências Contábeis/UnB
- Especialização em Governança e Controle da Regulação em Infraestrutura/ENAP/ISC
- Certified ISO 31000 – Risk Management Professional
- Auditora Federal de Finanças e Controle
- Coordenadora-Geral de Auditoria das Áreas de Minas e Energia – Substituta

BERNARDO BAHIA (UNOPS)

- Graduado em Relações Internacionais/PUC-MG
- Mestre em Relações Internacionais/PUC-MG
- Especialista em Gestão e Finanças/FDC
- Gerente de Projetos de PPP/UNOPS
- Chefe da Secretaria Executiva de PPP/GDF
- Chefe da Divisão de Relações Internacionais/Prefeitura de Betim-MG
- Superintendente de Planejamento e Finanças na Unidade de PPP/MG

MARCELO PEREZ (UNOPS)

- Economista/ Un. ORT, Uruguai
- Mestre em Economia/ Un. ORT, Uruguai
- Mestre em Econometria/ Un. Torcuato di Tella, AR
- Especialista em Financiamento de Infra. e Bens Públicos/CEDDET, ES
- Especialista em Análise Econômica de Pol. Públicas de Transporte e Regulação/Un. Valencia, ES
- Especialista Sr. de Projetos de PPP/UNOPS
- Consultor do Banco Mundial, BID e CEPAL
- Gerente de Avaliação de Projetos do Governo do Uruguai

SUMÁRIO:

- 1. PROJETO**
- 2. OBJETIVOS E RESULTADOS**
- 3. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA FERRAMENTA**
- 4. DIMENSÕES E ASPECTOS AVALIADOS**

PROJETO

Na data de 23/10/2017 o Secretário-Executivo Substituto do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, José Marcelo Castro de Carvalho, e a representante do UNOPS (Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos) no Brasil, Claudia Valenzuela, assinaram Acordo de Cooperação com o objetivo geral de estabelecer um marco para a promoção e o apoio a cooperação e colaboração entre as partes, de forma não exclusiva, em áreas de interesse comum como gestão, controle, transparência e inovação relativos ao desenvolvimento de infraestrutura pelo setor público, parcerias público privadas e concessões, e ainda, sua disseminação por meio da realização de encontros, fóruns, eventos e intercâmbios de boas práticas.

Destaca-se que o indutor para essa cooperação foi o resultado obtido pelo diagnóstico do Grupo de Trabalho da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) sobre o tema Regulação, somado à oportunidade de que o produto seja aprimorado e tenha o seu conteúdo estendido pela expertise do UNOPS em gestão de projetos de parcerias entre o setor público e privado, além de sua experiência em vários países e à capacidade de disseminação e permeabilidade nos diversos órgãos públicos, nas esferas federais, estaduais e municipais, funcionando como indutor das práticas de melhoria da gestão.

O resultado da cooperação trará benefício institucional para ambos os parceiros (CGU e UNOPS) e principalmente servirá de um balizador para o Governo Federal, Estadual e Municipal no intuito de melhoria de suas capacidades estatais para o estabelecimento de um marco regulatório que propicie a existência de mercados transparentes e eficientes para a retomada dos investimentos e o consequente crescimento da economia nacional.



OBJETIVOS

Os principais objetivos da Ferramenta de Avaliação da Maturidade Regulatória são:

- Apoiar os Governos e órgãos reguladores parceiros a identificar gargalos em sua estrutura regulatória que por ventura estejam dificultando a implementação de projetos de concessão e PPP's bem-sucedidos;
- Auxiliar os Governos e órgãos reguladores parceiros a identificar possíveis oportunidades para superar e suprimir os gargalos regulatórios então existentes.

RESULTADOS

Os resultados esperados a serem alcançados pela Ferramenta de Avaliação da Maturidade Regulatória são:

- Implementação de indicadores que estimule o gestor a aprimorar os seus processos regulatórios, de modo a permitir previsibilidade para a entrega de infraestrutura por meio de concessão ou PPP's;
- Melhorar as capacidades estatais, nos diferentes entes federativos, para a ampliação e melhoria das diversas fases de formatação de uma concessão ou PPP;
- Contribuir para o aumento da participação privada em investimentos de infraestrutura e o consequente crescimento sustentado do país.

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DA FERRAMENTA

A ferramenta de Avaliação da Maturidade Regulatória começou a ser desenvolvida a partir de um relatório de Grupo de Trabalho sobre o Tema Tático de Regulação Econômica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, no exercício de 2017. Com base nos achados, a CGU firmou um Acordo de Cooperação Técnica com o UNOPS para expandir as pesquisas sobre o tema, bem como para potencializar, com base no conhecimento histórico e comprovado do parceiro, a aplicação metodológica no desenvolvimento de uma ferramenta com robustez suficiente para auxiliar governos parceiros na construção de um arcabouço regulatório que propicie previsibilidade na aplicação de investimentos privados para a ampliação e melhoria da infraestrutura do país, seja ela em nível federal, estadual ou municipal.

Assim, o primeiro passo a ser estabelecido foi a necessidade de ampliação das pesquisas em referências nacionais e internacionais sobre a temática de política regulatória, bem como a realização de reuniões entre os participantes do grupo para chegar a um consenso sobre as questões a serem desenvolvidas para estabelecer um diagnóstico sobre maturidade regulatória de um ente.

Com o primeiro modelo de questionário concluído, o segundo passo foi justamente convidar profissionais capacitados, que desenvolvem estudos e trabalhos que lidam com o tema de regulação, para a realização de um Workshop (ocorrido em abril/2018) que assegurasse a validação das questões desenvolvidas.

Após a realização deste Workshop, o próximo passo é a aplicação do questionário para profissionais que lidam com a temática de regulação em suas atividades diárias, para que seja feita uma ponderação da importância das perguntas para a construção de um indicador que meça o atingimento de um nível de maturidade regulatória.

Ademais, a Ferramenta contará com uma calibragem que será realizada por meio de uma modelagem por equações estruturais, utilizando-se de métodos econométricos para a sua construção.

Após o questionário ter sido concluído, suas questões terem sido ponderadas com relação ao grau de importância para a construção de um indicador de maturidade regulatória e também ter sido realizada a calibração por meio de equações estruturais, inicia-se a fase de aplicação de pilotos, que consiste em realizar um teste de sensibilidade com entes previamente selecionados sobre os possíveis resultados alcançados com a Ferramenta.

Finalmente, após todos os testes terem sido realizados e a Ferramenta estando pronta, a aplicação da metodologia em União, Estados e Municípios consistirá em apontar um *rating* sobre a maturidade regulatória de cada órgão. A divulgação desse *rating* será um instrumento de incentivos por “*name and shaming*”, ou seja, aquele órgão que restar com um indicador mais baixo será motivado a buscar benchmarkings e encontrar formas de melhorar a sua governança regulatória, de modo a estar mais preparado para receber recursos e implementar projetos de infraestrutura.

DIMENSÕES E ASPECTOS AVALIADOS

Para propiciar um melhor entendimento sobre a aplicação da Ferramenta, abaixo são apresentados o significado de cada dimensão a ser avaliada na formação do índice de maturidade regulatória.

DIMENSÕES	ASPECTOS AVALIADOS
Competência e efetividade regulatória	Como estão definidas as competências dos atores envolvidos na atividade regulatória (regulação como instrumento de formulação da política, capacidade sistêmica em um ambiente de interdependências, etc.)
Autonomia Decisória	Externa (autonomia do órgão regulador em relação ao setor e capacidade técnica dos diretores e do corpo técnico) e Interna (atuação objetiva x discricionariedade de decisão da diretoria/conselho)

Autonomia Financeira	Grau de autonomia financeira devido a contingenciamento de recursos, não repasse das taxas, aumento da reserva de contingência, etc.
Mecanismos de Controle	Instrumentos de transparência e fomento ao controle social, e controles internos administrativos
Regulação de contratos	Critérios de priorização de projetos, alteração e desempenho contratual, viabilidade fiscal
Fiscalização	Mecanismos para fiscalização do setor regulado
Mecanismos de Gestão de Riscos	Riscos regulatórios (estratégias de gestão de riscos para evitar ou mitigar riscos sistêmicos ou calamitosos no setor regulado) e organizacionais (política e gerenciamento de riscos)
Análise de Impacto Regulatório	Existência de processo sistemático de análise baseado em evidências que busca avaliar, a partir da definição de um problema regulatório, os possíveis impactos das alternativas de ação disponíveis para o alcance dos objetivos pretendidos, tendo como finalidade orientar e subsidiar a tomada de decisão